vinetur

Alcohol Action Ireland afirma que relatório da indústria procura travar rótulos de advertência na Irlanda

O grupo afirma que transferir a discussão para Bruxelas pode bloquear uma lei já adiada que exige advertências sobre cancro e doenças hepáticas em garrafas e latas

quarta-feira, 11 de novembro de 2026



A Alcohol Action Ireland criticou duramente, na terça-feira, 10 de novembro, um relatório económico financiado pela indústria, afirmando que o estudo está a ser usado para reabrir a discussão sobre os rótulos de advertência sanitária previstos para as bebidas alcoólicas na Irlanda e para transferir o debate para a União Europeia, onde, segundo o grupo, a medida poderá ficar indefinidamente bloqueada.

A disputa centra-se num relatório publicado recentemente pela Indecon para a Drinks Ireland, o grupo da Ibec que representa os produtores de bebidas alcoólicas. Segundo a Alcohol Action Ireland, o relatório destacou o contributo fiscal do setor, incluindo €1,2 mil milhões em impostos especiais de consumo e €1,4 mil milhões em imposto sobre o valor acrescentado, mas defendeu que a rotulagem das bebidas alcoólicas seja tratada a nível da UE, em vez de através da legislação nacional irlandesa.

A Alcohol Action Ireland, um grupo independente de defesa de políticas centrado na redução dos danos causados pelo álcool, afirmou que essa abordagem comprometeria a Lei de Saúde Pública (Álcool) da Irlanda, que exige a inclusão obrigatória de informação sobre saúde nos produtos alcoólicos vendidos no país. Segundo o grupo, os rótulos deveriam entrar em vigor a 22 de maio, mas a medida foi adiada para setembro de 2028 após pressão da indústria do álcool.

Numa declaração, a diretora executiva da Alcohol Action Ireland, Sheila Gilheany, afirmou que o relatório financiado pela indústria não teve em conta o custo mais amplo do álcool para a sociedade. Citou estimativas da Organização Mundial da Saúde segundo as quais os danos relacionados com o álcool podem representar até 2,5% do produto interno bruto, o que, afirmou, corresponderia a cerca de €15 mil milhões na Irlanda, incluindo os custos dos cuidados de saúde e sociais, da perda de produtividade no trabalho e do sistema de justiça.

Gilheany afirmou também que estes valores não abrangem outros danos, incluindo o impacto nas famílias e os custos associados à perturbação do espetro alcoólico fetal, uma condição do neurodesenvolvimento ao longo da vida ligada à exposição pré-natal ao álcool. Disse que a Irlanda tem o terceiro nível mais elevado do mundo de perturbação do espetro alcoólico fetal e que esta poderá afetar até 7,4% da população.

A principal divergência política prende-se com a questão de saber se a Irlanda deve continuar a avançar com a sua própria lei sobre rótulos de advertência ou aguardar por um quadro europeu comum. A Alcohol Action Ireland argumenta que transferir a questão para Bruxelas atrasaria, na prática, as regras irlandesas ou impediria a sua aplicação, uma vez que a UE não dispõe de legislação harmonizada que exija advertências sanitárias nas bebidas alcoólicas e que a indústria se opõe há muito a regras de rotulagem mais rigorosas.

Gilheany afirmou que a recomendação do relatório de tratar a rotulagem a nível europeu constituía «a primeira salva» de uma nova tentativa de fazer descarrilar a lei irlandesa. Defendeu que os produtores de bebidas alcoólicas estão a tentar deslocar o debate para um fórum onde é mais difícil chegar a acordo e onde anteriores iniciativas de saúde pública foram enfraquecidas pela pressão da indústria.

O grupo apontou o Plano Europeu de Luta contra o Cancro da UE, lançado em 2021, como exemplo de uma iniciativa de saúde pública que, na sua opinião, foi diluída sob pressão da indústria. A Alcohol Action Ireland afirmou que esse historial a torna especialmente cautelosa perante qualquer tentativa de afastar a tomada de decisões da legislação irlandesa e transferi-la para uma negociação mais ampla na UE.

A questão é relevante para além da política de saúde pública, pois poderá moldar os custos de rotulagem e de cumprimento das regras para os produtores de vinho, cerveja e bebidas espirituosas que vendem na Irlanda, além de influenciar um debate mais amplo sobre se as advertências sanitárias relativas ao álcool devem ser harmonizadas em toda a UE ou ficar ao critério dos governos nacionais. Para as empresas de bebidas, o desfecho poderá afetar as decisões relativas às embalagens, os requisitos de exportação e a possibilidade de diferentes Estados-Membros adotarem regras distintas.

A Alcohol Action Ireland manifestou também preocupação com comentários que, segundo afirmou, foram atribuídos pelo seu homólogo italiano, Francesco Lollobrigida, ao ministro irlandês da Agricultura, Martin Heydon, sugerindo que a Irlanda já tinha decidido transferir a questão da rotulagem para a Europa. O grupo afirmou que qualquer mudança nesse sentido constituiria um sério recuo relativamente a uma lei já aprovada pelo parlamento irlandês.

As regras de rotulagem irlandesas têm atraído a atenção internacional porque exigiriam que as garrafas e latas incluíssem informação sobre saúde, com advertências sobre a ligação entre o álcool e as doenças hepáticas e os cancros mortais. Os apoiantes afirmam que os rótulos forneceriam informação clara aos consumidores no momento da compra. Os grupos do setor defendem que quaisquer requisitos deste tipo devem ser uniformes em todo o mercado único da UE.

A Alcohol Action Ireland afirmou que, mesmo antes da data prevista para a entrada em vigor da lei, alguns rótulos de advertência sanitária já começavam a aparecer em produtos alcoólicos nas lojas irlandesas, à medida que os produtores se preparavam para cumprir as regras. O grupo citou um estudo recente sobre a exposição inicial aos rótulos, que concluiu que duas em cada cinco pessoas que os viram disseram que a informação as levou a pensar nos efeitos do álcool na saúde, enquanto uma em cada quatro afirmou ter decidido comprar menos álcool ou não comprar álcool nessa ida às compras.

O grupo usou estes resultados para argumentar que a rotulagem pode alterar o comportamento dos consumidores e que essa é uma das razões pelas quais a indústria se opõe à medida. Gilheany afirmou que os principais produtores descreveram a rotulagem com informação sobre saúde como um risco para os lucros e disse que a indústria deverá utilizar o relatório da Indecon e da Drinks Ireland nos contactos com o governo à medida que se aproxima o prazo de setembro de 2028.

Esta troca de argumentos deixa o governo irlandês sujeito a uma pressão contínua, tanto dos defensores da saúde pública como da indústria das bebidas, em relação a uma medida que já foi adiada uma vez. A lei continua em vigor, mas a disputa sobre se a Irlanda irá implementar os seus próprios rótulos de advertência ou procurar uma solução para toda a UE parece longe de estar resolvida.